



Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria da Segurança Pública – SSP  
Polícia Civil

Concurso Público  
Edital: 01/2009

Cargo: Delegado de Polícia

Caderno de Provas: Conhecimentos Jurídicos

Instruções e orientações para a resolução desta prova

**Prezado candidato**

1. Verifique se este caderno contém 80 (oitenta) questões objetivas. Caso contrário, solicite ao fiscal sua substituição.
2. Cada questão objetiva tem 5 (cinco) alternativas de resposta, porém apenas uma correta. Esta deve ser assinalada no cartão de respostas. O cartão não pode ser rasurado.
3. Na saída, entregue o cartão de respostas e leve consigo este caderno de provas, conforme previsão do Edital.
4. Nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de 1 (uma) hora de realização das provas, conforme previsão do Edital.
5. Verifique logo abaixo as instruções para o preenchimento do cartão de respostas.
6. Não é permitido o uso de calculadora, celulares e outros equipamentos eletrônicos. Guarde-os desligados.
7. Tempo de duração desta prova: 4 (quatro) horas.

**Preenchimento do cartão de respostas**

Você recebeu o cartão de respostas identificado;

Números de 01 a 40 referem-se às questões e as letras A, B, C, D e E às alternativas;

Preencha o quadrículo correspondente à resposta certa de cada questão;

Assine o cartão no local indicado;

Use caneta azul ou preta;

Preencha todo o círculo e não faça qualquer marcação fora da alternativa correspondente à sua resposta correta.

Preenchimento
Correto ●
Incorreto ○
○    ✓    ●

Observação: Não haverá substituição do cartão de respostas em hipótese alguma. É de inteira responsabilidade do candidato o seu preenchimento.

Porto Alegre 17 de maio de 2009

## Prova de Conhecimentos Jurídicos

### Direito Penal

1. Considerando os termos do art. 28 da Lei nº 11.343/06 - "Lei de Drogas", analise as seguintes alternativas e marque a incorreta.
- (A) O núcleo do tipo consiste nas ações de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar e trazer consigo. Mas o dispositivo também trata do agente que semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.
  - (B) O elemento subjetivo para as ações previstas no dispositivo é o dolo voltado para o consumo pessoal. O objeto material é droga e objeto jurídico a saúde do autor das condutas.
  - (C) O autor das condutas descritas no dispositivo não fica sujeito à pena privativa de liberdade. Uma das sanções possíveis é a prestação de serviços à comunidade, que será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.
  - (D) Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.
  - (E) As penas de prestação de serviços à comunidade e de comparecimento à programa ou curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de cinco meses e, em caso de reincidência, serão aplicadas pelo prazo máximo de dez meses.
2. Sobre o crime de assédio sexual, tipificado no art. 216A do Código Penal, analise as seguintes assertivas.
- I. Para a configuração do delito, é imprescindível que o agente ostente a condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.
  - II. Na hipótese em que o agente nutre sincera paixão pela vítima do assédio, e por isso pratica os atos de constrangimento para obter favores sexuais, manifesta-se causa excludente da culpabilidade.
  - III. Em termos de classificação, o delito é próprio, o bem jurídico tutelado é a liberdade sexual, a forma é livre e é crime material, pois a consumação ocorre somente com a obtenção do favor sexual.
  - IV. O sujeito ativo do crime pode ser tanto homem quanto mulher, desde que tenha a condição de superior(a) hierárquico(a) ou ascendência sobre a vítima. Por isso, o assédio sexual pode manifestar-se, também, nas relações domésticas provenientes de coabitação e hospitalidade.
- É correto o que se afirma em
- (A) apenas III;
  - (B) apenas II e III;
  - (C) apenas I e IV;
  - (D) apenas I;
  - (E) nenhuma das assertivas.
3. Considerando as disposições penais previstas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - identifique a alternativa em que está descrita situação não tipificada como crime.
- (A) Omitir, de forma culposa, dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade.
  - (B) Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente.
  - (C) Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, ainda que haja autorização do consumidor.
  - (D) Utilizar, na cobrança de dívidas, de procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer.
  - (E) Dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros.

4. Relativamente à tipificação dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em Geral, faça a relação entre as duas colunas e marque a alternativa que apresenta a sequência numérica correta da segunda coluna.

1. Exigir o funcionário público, para si ou para outrem, em razão da função pública, vantagem indevida.	( ) Corrupção passiva
2. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.	( ) Violência arbitrária
3. Receber o funcionário público, para si ou para outrem, em razão da função, vantagem indevida.	( ) Concussão
4. Funcionário público que praticar, deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.	( ) Prevaricação
5. Praticar o funcionário público violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.	( ) Excesso de exação
6. Exigir o funcionário público tributo ou contribuição social que o agente sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.	( ) Corrupção passiva privilegiada

- (A) 2 5 3 6 4 1  
 (B) 3 5 1 2 6 4  
 (C) 5 6 3 1 2 4  
 (D) 6 4 2 1 3 5  
 (E) 4 3 2 5 2 1

5. Analise os seguintes enunciados, considerando somente as disposições da Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções aplicáveis pela prática de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

- I. No âmbito dos crimes ambientais, tipificados na Lei nº 9.605/98, as pessoas jurídicas serão responsabilizadas inclusive penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Contudo, para evitar o *bis in idem*, a responsabilização das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas que as integram, autoras do mesmo fato.
- II. Segundo a lei em questão, as penas aplicáveis às pessoas jurídicas por crimes ambientais são a multa, a perda de bens e valores, as restritivas de direitos e a prestação de serviços à comunidade.
- III. Na hipótese em que o juiz profere sentença condenatória contra pessoa física pela prática de crime ambiental doloso e fixa a pena privativa de liberdade em quatro anos, se presentes os demais requisitos previstos na lei, poderá substituir aquela sanção por pena restritiva de direitos.
- IV. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crimes ambientais terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

- É correto o que se afirma em  
 (A) apenas I e IV;  
 (B) apenas II e IV;  
 (C) apenas III;  
 (D) apenas IV;  
 (E) nenhuma das assertivas.

6. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes tipificados na Lei nº 8.666/93 - que trata das licitações e contratos administrativos - podem constituir crime antecedente para aqueles tipificados na Lei nº 9.613/98 - lavagem de capitais.
- (B) Todos os crimes contra a ordem tributária tipificados nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90 são de natureza material, pois somente se consomem com a efetiva supressão ou redução de tributo.
- (C) O tipo penal previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93 - patrocinar interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, é um crime formal.
- (D) O agente que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, pratica o crime de advocacia administrativa, tipificado no art. 321 do Código Penal.
- (E) O crime de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório - art. 93 da Lei nº 8.666/93, embora punido com pena de detenção de seis meses a dois anos, não é infração de menor potencial ofensivo, pela cominação cumulativa da pena de multa.

7. Analise as seguintes assertivas.

- I. É crime violar direitos de autor de programa de computador, punível com pena de detenção de seis meses a dois anos ou multa. Caso a violação consistir na reprodução de programa de computador para fins de comércio, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, a pena é de reclusão de um a quatro anos e multa. Trata-se de crime cujo objeto material é o programa de computador e o objeto jurídico a propriedade intelectual.
- II. Liberar ou descartar Organismo Geneticamente Modificado no meio ambiente é conduta proibida em qualquer situação, sendo punível com pena de reclusão, de um a quatro anos e multa; esta pena agrava-se de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) se resultar dano à propriedade alheia e de 1/3 (um terço) até a metade, se resultar dano ao meio ambiente.
- III. Todas as condutas criminosas tipificadas na Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, são puníveis com pena de reclusão de um a quatro anos e multa.
- IV. Realizar clonagem humana é crime cuja pena cominada é de reclusão, de dois a cinco anos e multa.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas I, III e IV;
- (C) todas as assertivas;
- (D) apenas I e III;
- (E) nenhuma das assertivas.

8. Analise as seguintes alternativas e marque a incorreta.

- (A) Uma das hipóteses de extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira manifesta-se quando o crime é de genocídio e o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (B) O Código Penal brasileiro contempla hipóteses de crimes de atentado.
- (C) O agente "A", querendo matar "B", efetua dois disparos de arma de fogo na região do abdômen de "B" e foge, mesmo tendo, ainda, quatro projéteis para disparar, pois pensou que os atos praticados eram suficientes para produzir a morte de "B". Contudo, momentos depois, arrependido, volta ao local do crime para prestar socorro, onde não mais encontra "B", que já havia sido removido para um hospital por uma ambulância chamada por "C", que se encontrava nas imediações. "B" não morre em virtude do socorro recebido. A situação jurídica na qual o agente "A" se encontra pode ser classificada, corretamente, como de tentativa de homicídio.
- (D) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.
- (E) Não pratica ação antijurídica do ponto de vista penal quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

9. Relativamente ao crime de lesão corporal culposa no trânsito, analise as seguintes assertivas.

- I. Recente alteração legislativa tornou este crime de ação penal pública incondicionada.
- II. São aplicáveis ao crime, em qualquer caso, os institutos previstos nos artigos 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099/95.
- III. Quando o agente pratica a lesão corporal culposa transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora) deve ser realizado inquérito policial para a investigação da infração penal.
- IV. O elemento subjetivo neste crime é a culpa; a forma dolosa não é considerada crime de trânsito.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas III e IV;
- (B) apenas I, II e III;
- (C) todas as assertivas;
- (D) apenas II e III;
- (E) nenhuma das assertivas.

10. Marque a alternativa incorreta, considerando os termos da Lei nº 9.434/97, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

- (A) Deixar de recompor cadáver, devolvendo-lhe aspecto condigno, para sepultamento ou deixar de entregar ou retardar sua entrega aos familiares ou interessados é crime punível com pena de detenção de seis meses a dois anos.
- (B) Remover tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições da lei citada no enunciado é conduta punível com pena de reclusão de dois a seis anos e multa de 100 a 360 dias-multa. Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe, a pena é de reclusão de três a oito anos e multa de 100 a 150 dias-multa.
- (C) A remoção de tecidos praticada em pessoa viva contra as disposições desta Lei e da qual resulte para o ofendido incapacidade para o trabalho, enfermidade incurável, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente ou aborto não está tipificada na Lei nº 9.434/97, de modo que configura crime de lesão corporal grave, previsto no art. 129, § 2º, do Código Penal.
- (D) Comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; promover, intermediar, facilitar ou auferir qualquer vantagem com a transação são condutas puníveis com reclusão de três a oito anos e multa de 200 a 360 dias-multa.
- (E) Realizar transplante ou enxerto utilizando tecidos, órgãos ou partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos da Lei nº 9.434/97 é crime cuja pena cominada é de reclusão de um a seis anos e multa de 150 a 300 dias-multa.

11. Tendo em conta os termos da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - analise os seguintes enunciados.

- I. Todos os crimes definidos na Lei nº 8.069/90, praticados contra criança e adolescente, são de ação penal pública incondicionada.
- II. O crime de deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato, não admite forma culposa.
- III. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa é crime hediondo.
- IV. Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente é infração de menor potencial ofensivo.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II e III;
- (C) todas as assertivas;
- (D) apenas II e IV;
- (E) nenhuma das assertivas.

12. Analise as seguintes assertivas sobre a Lei nº 10.826/03, que dispõe sobre as armas de fogo, e identifique a alternativa correta.

- (A) O crime de possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa, admite a forma culposa.
- (B) O objeto jurídico do crime de omissão de cautela, tipificado no art. 13 da Lei nº 10.826/03, é, em primeiro lugar, a integridade física de menor, de deficiente físico ou mesmo de terceiro e, em segundo plano, a segurança pública. Quanto à classificação, trata-se de delito omissivo e formal.
- (C) O ato de suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo recebe o mesmo tratamento, quanto à pena, da posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- (D) O art. 14 da Lei nº 10.826/03, que tipifica o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido não é norma penal em branco.
- (E) A conduta de disparar arma de fogo em via pública ou em direção a ela, com a finalidade de ferir ou mutilar animal silvestre que ali se encontra, é típica de disparo de arma de fogo, prevista no art. 15 da Lei nº 10.826/03.

13. Analise as seguintes assertivas.

- I. Quanto ao lugar do crime, o Direito Penal brasileiro adotou a teoria do resultado e, quanto ao tempo do crime, a teoria da ubiquidade.
- II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- III. Suponha a hipótese de um agente que pratica quatro crimes de furto, em 01, 03, 10 e 14/12/06, numa mesma rua e utilizando idêntica maneira de execução; em 12/12/06, sobrevém nova lei penal que aumenta a pena deste crime; no caso, é possível afirmar, corretamente, que esta lei nova é aplicável a toda a série delitiva.
- IV. Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II e III;
- (C) apenas III e IV;
- (D) todas as assertivas;
- (E) nenhuma das assertivas.

14. Analise as seguintes alternativas atinentes ao princípio da legalidade penal e indique a incorreta.

- (A) Quanto à forma de tipificação de condutas criminosas, o princípio da legalidade determina que haja lei prévia e lei escrita.
- (B) Lei prévia significa que a lei incriminadora seja anterior à data da prática do fato ou conduta nela previsto; trata-se da exigência da anterioridade da lei penal.
- (C) O princípio em tela também impõe que as leis penais sejam certas, ou seja, que a descrição tipológica não pode deixar margens à dúvida quanto à significação, devendo ser evitados os tipos incriminadores genéricos. É o que alguns doutrinadores denominam de taxatividade ou determinação taxativa da lei penal.
- (D) Relativamente à interpretação da lei penal, é corolário do princípio da legalidade que a lei penal seja *stricta*, com o que fica vedado, de qualquer modo, o uso da analogia em Direito Penal.
- (E) A *lex scripta* exclui a admissibilidade dos costumes como criadores de normas penais.

15. Analise as seguintes assertivas, considerando as disposições penais inscritas na Lei nº 9.507/97 - Código de Trânsito Brasileiro:

- I. O delito de embriaguez no trânsito configura-se quando o motorista conduz veículo automotor, na via pública, apresentando qualquer quantidade de álcool no sangue, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.
- II. É infração de menor potencial ofensivo, se o fato não constituir elemento de crime mais grave, deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública e afastar-se do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída.
- III. Não configura delito o ato de participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística autorizada pela autoridade competente, ainda que resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada.
- IV. Durante a fase da investigação policial sobre crime de trânsito, o juiz não poderá decretar, de ofício, a medida cautelar de suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção, dependendo, na citada fase, de requerimento do Ministério Público ou de representação da autoridade policial.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II e III;
- (C) apenas I e III;
- (D) apenas II e IV;
- (E) nenhuma das assertivas.

16. Nos termos da Lei nº 8.072/90 e das suas alterações subsequentes, não é hediondo

- (A) o crime de homicídio praticado por meio de envenenamento da vítima;
- (B) o crime de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante violência à pessoa, da qual resulte a morte da vítima;
- (C) o crime de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa;
- (D) o crime de constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência da qual resulte a morte da vítima;
- (E) o crime de causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos, com resultado morte.

17. Considerando os termos da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - analise os seguintes enunciados.

- I. Ato infracional é qualquer conduta descrita em lei como infração penal praticada pelas crianças e pelos adolescentes.
- II. Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, razão pela qual não se sujeitam às penas previstas no Código Penal, e sim às medidas de segurança aplicáveis aos inimputáveis por doença mental.
- III. Para o ato de hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres não está cominada pena privativa de liberdade.
- IV. Suponha a hipótese de um adolescente que, na iminência de completar 18 anos, efetua disparos de arma de fogo contra alguém, que vem a falecer quando o autor dos disparos já completou a maioridade penal. Ao caso aplicar-se-iam as disposições do Código Penal e não do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II e III;
- (C) apenas II e IV;
- (D) apenas I e III;
- (E) nenhuma das assertivas.

18. Marque a alternativa correta, tendo em conta as disposições da Lei nº 7.716/89 - discriminação racial.

- (A) É típico o ato de impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a emprego público, em virtude de preconceito de raça ou de cor.
- (B) Diretor do setor de recrutamento de determinada empresa privada, por decisão pessoal e motivado por sentimento de discriminação racial, nega emprego a alguém na citada empresa. Neste caso, o proprietário da sociedade, por haver contratado e designado para o cargo o diretor de recrutamento, é necessariamente co-autor do delito.
- (C) O crime de impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público é próprio, formal, de forma livre, omissivo, permanente, podendo ser unissubsistente ou plurissubsistente, admitindo, neste último caso, a forma tentada.
- (D) O ato de impedir alguém de conviver familiar e socialmente em virtude de ser portador do vírus da AIDS encontra tipificação na Lei nº 7.716/89.
- (E) Constitui efeito automático da condenação por crime previsto na Lei nº 7.716/89 a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

19. Analise as seguintes assertivas.

- I. Às contravenções penais aplicam-se as regras previstas no art. 7º do Código Penal, de modo que é permitida, quando preenchidas as condições previstas neste dispositivo, a aplicação da lei brasileira para contravenções praticadas fora do território brasileiro.
- II. O elemento subjetivo da contravenção penal prevista no art. 26 do Decreto-Lei nº 3.688/41 - violação de lugar ou objeto - é somente a culpa, não admitindo a forma dolosa.
- III. O agente que, em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, sem licença da autoridade, queima fogos de artifício, incorre na contravenção penal prevista no parágrafo único do art. 28 do Decreto-Lei nº 3.688/41, que cobre o disparo de arma de fogo e outras condutas similares, atentatórias à incolumidade pública.
- IV. O ato de dirigir, sem a devida habilitação, embarcação a motor em águas públicas, é conduta subsumível ao art. 309 da Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, que revogou integralmente o art. 32 do Decreto-Lei nº 3.688/41.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II e III;
- (C) todas as assertivas;
- (D) apenas II e IV;
- (E) nenhuma das assertivas.

20. Não constitui crime de tortura

- (A) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
- (B) submeter pessoa presa ou sujeita à medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato previsto em lei ou resultante de medida legal;
- (C) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão de natureza criminosas;
- (D) submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo;
- (E) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.

21. Analise as seguintes assertivas acerca da interpretação da norma penal.

- I. Quanto aos sujeitos da interpretação, esta pode ser autêntica, judicial ou jurisprudencial e doutrinária; quanto às espécies, a interpretação pode ser gramatical ou literal, lógica ou teleológica, sistemática e histórica.
- II. O processo de identificação da *ratio legis*, do espírito ou da razão finalística da lei, do interesse ou bem jurídico que ela pretende tutelar denomina-se interpretação sistemática.
- III. A interpretação histórica procura resgatar a intenção do legislador ao editar a norma, e parte do pressuposto de que qualquer diploma legal é editado para enfrentar situações concretas manifestadas em determinado meio e tempo, recorrendo-se, para a identificação destas causas, aos trabalhos preparatórios, como os anteprojetos, os projetos, os pareceres, os debates parlamentares, as exposições de motivos, etc. O elemento histórico, portanto, permite conhecer a norma no contexto - condições e circunstâncias - em que foi promulgada.
- IV. Analogia e interpretação analógica se equivalem, sendo que ambas são vedadas em Direito Penal, dada a primazia absoluta da lei como sua fonte.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II e III;
- (C) apenas II e IV;
- (D) apenas I e III;
- (E) nenhuma das assertivas.

22. Considerando as regras previstas no Código Penal sobre o concurso de pessoas, analise as seguintes assertivas.

- I. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- II. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída até a metade.
- III. Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até um terço, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave. Por outro lado, o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- IV. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I, II e IV;
- (B) apenas II e III;
- (C) apenas I e IV;
- (D) todas as assertivas;
- (E) nenhuma das assertivas.

23. Analise as seguintes assertivas.

- I. Quando o tipo penal descreve a ausência de consentimento da vítima como elementar, o consento funciona como causa de exclusão da tipicidade.
- II. Nos crimes contra a vida, há apenas uma hipótese de crime culposos e uma de crime preterdoloso. O homicídio é crime comum, material, simples, de dano, instantâneo e de forma livre.
- III. Suponha a hipótese de um agente que, com vontade deliberada de matar um desafeto, ministra veneno na comida que este estava ingerindo, em dose suficiente para provocar-lhe a morte. Momentos depois, enquanto a vítima do envenenamento ainda fazia a refeição, um veículo desgovernado invadiu o local em que se encontrava, provocando ferimentos que a conduziram ao imediato óbito. Nesse caso, o autor do envenenamento responderá pelo homicídio qualificado consumado, considerando a letalidade do veneno ministrado.
- IV. Considere a seguinte situação hipotética: o agente "A", desejando matar seu desafeto "C", entrega ao agente "B" uma arma de fogo, fazendo-o supor que ela se encontrava desmuniçada e, além disso, o induz a acionar o gatilho em direção a "C"; "B", de modo imprudente, aperta o gatilho da arma e mata "C". Nesse caso, não há concurso de agentes e, sim, dois delitos ocorreram: um homicídio doloso imputável a "A" e um homicídio culposos imputável a "B".

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I, II e IV;
- (B) apenas I, II e III;
- (C) apenas I e IV;
- (D) apenas II e III;
- (E) todas as assertivas.

24. Analise as seguintes alternativas e marque a incorreta.

- (A) O agente que é contratado por outrem para conduzir veículo automotor furtado para o exterior, conhecendo aquele a origem ilícita do veículo, responde por receptação dolosa, e não por furto qualificado.
- (B) Um cadáver pode ser objeto material do crime de furto.
- (C) São compatíveis entre si e permitem aplicação concomitante a causa de aumento de pena prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal ("A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno") e a causa de diminuição da pena prevista no § 2º do mesmo artigo ("Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa").
- (D) O roubo impróprio ocorre quando o agente subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou coisa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência; o roubo próprio é a situação em que o agente, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência ou grave ameaça contra a coisa ou a pessoa, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
- (E) O sujeito que subtraiu coisa alheia móvel, de forma consumada, e emprega violência contra uma pessoa para manter-se na posse da coisa subtraída, ofendendo a integridade corporal dessa pessoa, responde por furto e por lesão corporal.

25. Analise as seguintes assertivas.

- I. A embriaguez, ainda que completa, em nenhum caso exclui a imputabilidade penal.
- II. Suponha que "A" e "B", que não se conhecem, encontram-se parados na calçada de uma rua central da cidade de Porto Alegre, quando se aproximam do local "C" e "D"; de inopino, "C" começa a agredir fisicamente "D", dando-lhe socos e pontapés. "A" e "B" assistem passivamente à agressão, não obstante "B" seja o guarda-costas contratado da vítima das agressões, enquanto "A" nenhuma relação com ela tem. Nesse caso, pode-se dizer corretamente que a situação jurídica de "A" e de "B", relativamente ao resultado, é a mesma.
- III. "A reprovação conjunta que deve ser exercida sobre o Estado, tanto quanto se faz com relação ao autor de uma infração penal, quando se verifica não ter sido proporcionada a todos iguamente de oportunidades na vida, significando, pois, que alguns tendem ao crime por falta de opção". (Nucci, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal - Parte Geral*. 4ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 286). A concepção assim esposada é a da co-culpabilidade.
- IV. Suponha a situação de um agente que, pretendendo matar um inimigo, esgana-o; supondo que a vítima está morta, o que, na realidade, ainda não aconteceu, lança o corpo a um rio, com o fim de ocultar o cadáver, vindo a vítima a morrer por afogamento. A hipótese descrita coaduna-se com o conceito de dolo geral, também chamado de erro sucessivo.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas II e IV;
- (B) apenas II e III;
- (C) apenas III e IV;
- (D) nenhuma das assertivas;
- (E) todas as assertivas.

## Direito Processual Penal

26. Analise as seguintes assertivas.

- I. Caso seja proferida sentença penal condenatória em ação penal privada, a iniciativa quanto à execução da sanção penal aplicada será do Ministério Público, e não mais do ofendido.
- II. O artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal prevê que *“ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”*; Esta regra é excepcionada pela prisão em flagrante, que resulta em prisão antes mesmo de haver processo.
- III. Não há diferenças entre a lei penal e a lei processual penal no tocante à sua aplicação no espaço, pois ambas admitem a extraterritorialidade benéfica ao réu.
- IV. A Constituição Federal prevê que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; uma das consequências do dispositivo é a vedação de qualquer forma de prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas II e IV;
- (B) apenas II, III e IV;
- (C) apenas I e III;
- (D) apenas I;
- (E) nenhuma das assertivas.

27. Assinale a alternativa correta

- (A) Deputados Estaduais podem ser presos em flagrante somente quando da prática de crime inafiançável; a mesma regra aplica-se aos advogados por motivo de exercício da sua profissão.
- (B) Antes de receber a denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o recebimento da denúncia e o andamento da ação.
- (C) Aos vereadores, a Constituição Federal garante, no aspecto criminal, as imunidades material e formal.
- (D) O juiz natural do Prefeito Municipal é, em qualquer caso, o Tribunal de Justiça Estadual.
- (E) Há perfeita sinonímia entre as expressões ampla defesa e plenitude da defesa, quando aplicadas ao Processo Penal brasileiro.

28. Analise as seguintes assertivas.

- I. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial e extrajudicial, não podendo considerar, na sua decisão, os elementos informativos colhidos na fase da investigação policial.
- II. Ao juiz é facultado determinar, no curso da instrução, antes de proferir sentença ou mesmo depois desta, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante do processo.
- III. O silêncio do preso ou réu não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa, devendo esta advertência ser feita por ocasião da prisão ou do interrogatório.
- IV. São inadmissíveis as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, que devem ser desentranhadas do processo.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II, e III;
- (C) apenas IV;
- (D) todas as assertivas;
- (E) nenhuma das assertivas.

29. Marque a alternativa em que está descrito, corretamente, o rito processual previsto na Lei nº 11.343/06 para o processamento dos crimes relacionados ao tráfico ilícito de drogas.

(A) Denúncia, recebimento da denúncia, citação, defesa prévia escrita no prazo de 10 (dez) dias, audiência de instrução e julgamento, na qual haverá o interrogatório do réu, a inquirição das testemunhas, sustentação oral pelo Ministério Público e pelo defensor, nesta ordem, seguindo-se a sentença que, se não proferida na audiência, deverá sê-lo no prazo de dez dias.

(B) Denúncia, notificação do denunciado, defesa prévia escrita no prazo de 10 (dez) dias, decisão acerca do recebimento da denúncia; recebida esta, haverá designação de audiência de instrução e julgamento, citação do acusado e intimação do Ministério Público e do assistente se for o caso, realização da audiência de instrução e julgamento, na qual haverá o interrogatório do réu, a inquirição das testemunhas, sustentação oral pelo Ministério Público e pelo defensor do acusado, nesta ordem, seguindo-se a sentença que, se não proferida na audiência, deverá sê-lo no prazo de 10 (dez) dias.

(C) Denúncia, notificação do denunciado, defesa prévia escrita no prazo de 15 (quinze) dias, recebimento da denúncia, citação do acusado, interrogatório, defesa preliminar, audiência de instrução para inquirição das testemunhas, sustentação oral pelo Ministério Público e pelo defensor, nesta ordem, seguindo-se a sentença.

(D) Denúncia, recebimento da denúncia, citação do réu, interrogatório, defesa prévia, audiência de instrução, pedido de diligências, alegações finais escritas e sentença.

(E) Denúncia, defesa prévia escrita no prazo de 5 (cinco) dias, recebimento da denúncia, citação do acusado e intimação do Ministério Público e do assistente, se for o caso, audiência de instrução e julgamento, na qual haverá a inquirição das testemunhas, o interrogatório do réu, sustentação oral pelo Ministério Público e pelo defensor, nesta ordem, seguindo-se a sentença.

30. Analise as seguintes assertivas.

- I. A vítima do crime, ao depor durante o inquérito policial ou em juízo, não está sujeita ao compromisso de dizer a verdade; não obstante, poderá ser processada pelo crime de falso testemunho, caso flagradas inverdades nas declarações prestadas no seu depoimento.
- II. Um único testemunho pode dar margem à condenação do réu.
- III. Não há hipótese legal no ordenamento jurídico processual-penal pátrio de o depoimento de testemunha ser por escrito.
- IV. Na produção da prova testemunhal, as perguntas das partes serão dirigidas ao juiz, que as formulará à testemunha, não admitindo o magistrado aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e III;
- (B) apenas II;
- (C) todas as assertivas;
- (D) apenas II e IV;
- (E) nenhuma das assertivas

31. O art. 2º do CPP, que trata da aplicação da lei processual penal no tempo, prevê que "*A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior*". O dispositivo

- (A) consagra o princípio do efeito imediato da lei processual penal nova, ainda que esta seja prejudicial ao réu;
- (B) impede a retroatividade da lei processual penal nova, ainda que mais benéfica ao réu;
- (C) veda a ultra-atividade da lei processual penal anterior, ainda que mais benéfica ao réu do que a nova;
- (D) na hipótese em que a modificação legislativa surpreende processos em curso, não há necessidade de refazer os atos realizados sob o império da lei anterior;
- (E) todas as assertivas anteriores são corretas.

32. Analise as seguintes assertivas, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o *habeas corpus*.

- I. Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade, contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- II. É nulo o julgamento de *habeas corpus*, na segunda instância, sem prévia intimação ou publicação da pauta.
- III. Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.
- IV. Não se conhece de recurso de *habeas corpus* cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e III;
- (B) apenas II e IV;
- (C) todas as assertivas;
- (D) apenas I, III e IV;
- (E) nenhuma das assertivas.

33. Marque a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de concurso de agentes em crime de ação penal pública condicionada à representação, feita esta apenas contra um dos co-autores, não pode o Ministério Público propor ação contra os demais.
- (B) A classificação da ação penal mais comum é aquela que considera a titularidade para o seu exercício, sendo pública quando promovida pelo Ministério Público e privada quando proposta pelo ofendido; a pública depende, nas hipóteses previstas em lei, de manifestação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- (C) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. Caso haja divergência entre os sucessores legitimados, por causa do princípio da disponibilidade que informa a ação penal privada, prevalecerá a vontade de quem não deseja propor ou continuar a ação.
- (D) O prazo decadencial para a propositura de qualquer espécie de ação penal é, em regra, de seis meses, contado do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.
- (E) A denúncia genérica e a denúncia alternativa sempre serão ineptas.

34. Analise as seguintes assertivas, considerando os termos da Lei nº 11.343/06, que, dentre outros temas, estabelece normas para repressão ao tráfico ilícito de drogas.

- I. Para a lavratura do auto de prisão em flagrante por crime de tráfico de entorpecentes e estabelecimento da materialidade do delito, deve ser elaborado laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por dois peritos oficiais ou, na falta destes, por duas pessoas idôneas.
- II. O inquérito policial deve ser concluído no prazo impreterível de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.
- III. A infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, depende de autorização judicial e oitiva do Ministério Público.
- IV. É permitida a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição. Esta medida, por ser típica de investigação policial, não depende de autorização judicial.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas II e III;
- (B) apenas I e II;
- (C) apenas III;
- (D) todas as assertivas;
- (E) nenhuma das assertivas.

35. Analise as seguintes alternativas sobre a prisão em flagrante e assinale a incorreta.

- (A) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (B) Dentro de 24h (vinte e quatro horas) depois da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- (C) Liberdade provisória e relaxamento da prisão são institutos vinculados à prisão em flagrante e ostentam o mesmo significado, qual seja, são fundamentos da soltura do preso em flagrante quando não houver necessidade da manutenção da prisão; a decretação de qualquer deles dispensa requerimento da parte interessada, mas, requerido e indeferido o benefício, é cabível a impetração de *habeas corpus*.
- (D) Dentro de 24h (vinte e quatro horas) depois da prisão, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e o das testemunhas.
- (E) Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva, suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.

36. No âmbito do atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e considerando os termos da Lei nº 11.340/06, cabe à autoridade judiciária a adoção das providências a seguir, exceto

- (A) suspender a posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
- (B) restringir ou suspender visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- (C) determinar o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (D) fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- (E) determinar a prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

37. Analise as seguintes alternativas e assinale a correta.

- (A) A interceptação das comunicações telefônicas não poderá ser determinada de ofício pelo juiz.
- (B) A decisão judicial sobre a interceptação das comunicações telefônicas deverá ser fundamentada e, caso deferida a medida, deve indicar a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias, renovável por igual tempo uma vez, comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
- (C) Somente o representante do Ministério Público pode requerer a interceptação das comunicações telefônicas durante as duas fases da atividade persecutória, isto é, a investigação criminal e a instrução processual penal. Ademais, a interceptação ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.
- (D) A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, o que deverá ocorrer somente durante a instrução processual ou após esta, sendo legitimada para o respectivo requerimento a parte interessada.
- (E) Não há permissão legal para que o pedido seja formulado verbalmente, ainda que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação.

38. Analise as seguintes assertivas sobre a prisão temporária.

- I. O prazo da prisão temporária é, em regra, de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogado por iguais períodos, diante de extrema e comprovada necessidade.
- II. A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz, mediante requerimento do Ministério Público e representação da autoridade policial.
- III. O agente que sequestra alguém para fins libidinosos não está sujeito à prisão temporária diante da revogação do tipo penal de rapto violento, que estava previsto no art. 219 do Código Penal.
- IV. É permitida a decretação da prisão temporária por prazo inferior àquele previsto na lei.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas II e III;
- (B) apenas I;
- (C) nenhuma das assertivas;
- (D) apenas IV;
- (E) apenas III e IV.

39. Analise as seguintes assertivas e marque a correta.

- (A) A busca pessoal em mulher, em qualquer circunstância, somente poderá ser feita por outra mulher.
- (B) Tendo sido expedido mandado de busca domiciliar, é dispensado o respectivo mandado para realizar a busca pessoal nos moradores da residência.
- (C) Ainda que existam indícios de autoria e materialidade da prática de crime por advogado, não é admitida a expedição de mandado judicial de busca e apreensão no escritório profissional daquele.
- (D) Quando a autoridade policial, pessoalmente, executar a busca a apreensão de coisas obtidas por meios criminosos é dispensado o mandado de busca e apreensão.
- (E) É taxativo o rol de hipóteses previstas no Código de Processo Penal que autorizam a busca e apreensão.

40. Analise as seguintes assertivas.

- I. Após o recebimento da denúncia ou da queixa por crime previsto na Lei nº 11.101/05 ("Lei de Falências"), o rito processual a ser observado é o sumário, previsto no Código de Processo Penal.
- II. Para os efeitos da Lei nº 4.898/65, que regula o direito de representação pela prática do crime de abuso de autoridade, considera-se autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e desde que mediante remuneração.
- III. Assim que ofertada denúncia ou queixa-crime contra funcionário público, em qualquer caso, o juiz poderá rejeitar a peça acusatória, em despacho fundamentado, se convencido da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- IV. O preso em flagrante delito, o indiciado em inquérito policial, aquele que pratica infração penal de menor gravidade, assim como aqueles contra os quais tenha sido expedido mandado de prisão judicial não identificados civilmente serão submetidos à identificação criminal, inclusive pelo processo datiloscópico e fotográfico.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas II e III;
- (B) todas as assertivas;
- (C) nenhuma das assertivas;
- (D) apenas I, II e IV;
- (E) apenas I e IV.

41. Analise as seguintes assertivas e marque a correta.

- (A) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento sumário previsto no Código do Processo Penal.
- (B) De acordo com o Código do Processo Penal, não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a confissão do acusado ou a prova testemunhal poderão suprir-lhe a falta.
- (C) A autópsia será feita pelo menos três horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- (D) No exame de corpo de delito realizado por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á sempre no juízo deprecante.
- (E) O juiz não ficará adstrito ao laudo produzido pelos peritos, mas não poderá aceitá-lo ou rejeitá-lo em parte.

42. Analise as seguintes assertivas.

- I. A característica da substitutividade da jurisdição faz com que o magistrado, além de ter o dever de exercer a atividade jurisdicional pessoalmente, não pode ele subtrair-se ao exercício de julgar, o que também se denomina de vedação ao *non liquet*.
- II. Tendo em vista a incidência do princípio do juiz natural, adotado pela Constituição Federal do Brasil, não há hipótese legal em que pessoas ou órgãos estranhos ao Poder Judiciário exerçam a função de julgar.
- III. O agente policial percebe que alguém está em estado de flagrância; poderia dar-lhe voz de prisão; contudo, mantendo a pessoa em observação, não age e procrastina a prisão, esperando uma oportunidade mais adequada sob a perspectiva da eficácia da prova. A situação descrita adapta-se ao conceito de flagrante esperado.
- IV. A Constituição Federal, ao prever, no artigo 5º, que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, contemplou o princípio da irrecusabilidade, também chamado de inevitabilidade.

É incorreto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II, III e IV;
- (C) apenas I, II e IV;
- (D) apenas I, II e III;
- (E) todas as assertivas.

43. Analise as seguintes assertivas e marque a alternativa correta.

- (A) Compete à Justiça Militar processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade praticado em serviço.
- (B) Não há hipótese em que a Justiça Eleitoral julgará crime diverso daqueles tipificados na legislação eleitoral.
- (C) Considerando a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar, corretamente, que, cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.
- (D) Compete à Justiça Federal o processo por contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.
- (E) Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar, corretamente, que, caso um Procurador de Estado tenha, segundo a Constituição Estadual, prerrogativa de foro de ser julgado perante o Tribunal de Justiça Estadual, e vier a praticar um crime de homicídio doloso, ele será julgado pelo Tribunal do Júri.

44. Analise as seguintes assertivas

- I. O autor de infração de menor potencial ofensivo, em nenhuma hipótese, poderá ser autuado em flagrante.
- II. A apresentação espontânea do suspeito da prática de crime à autoridade policial é causa impeditiva da prisão provisória, dentre elas a prisão em flagrante.
- III. Do princípio do juiz natural, adotado pela Constituição Federal brasileira, decorre que a jurisdição somente pode ser exercida por quem a legislação houver delegado a função jurisdicional, que as regras de competência devem ser subjetivas e posteriores à ocorrência do fato a ser julgado e que é vedada a criação do Juízo ou Tribunal de Exceção.
- IV. Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

É correto o que se afirma em

- (A) apenas I e IV;
- (B) apenas II, III;
- (C) apenas I;
- (D) apenas IV;
- (E) nenhuma das assertivas.

45. Analise as seguintes assertivas e marque a incorreta.

- (A) Quanto à interpretação, a lei processual penal admite interpretação extensiva, interpretação restritiva, aplicação analógica e o suplemento dos princípios gerais de direito, devendo, ademais, ser observado o teor das súmulas vinculantes eventualmente editadas pelo Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria processual penal.
- (B) O inquérito policial não é indispensável para o início da ação penal, mas é indisponível para a Polícia Judiciária quando o crime investigado é de ação penal pública.
- (C) A correta interpretação da norma prevista na Constituição Federal no sentido de que aos acusados em processo judicial e administrativo é assegurado o direito ao contraditório determina a desnecessidade de se garantir o contraditório real ao suspeito da prática de crime durante o Inquérito Policial e a necessidade de assegurar o contraditório diferido, na hipótese de suceder-se ação penal, relativamente às provas coletadas na fase inquisitorial.
- (D) Instaurado inquérito policial por crime de ação penal privada, assim que concluído, os respectivos autos serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- (E) Embora o princípio da publicidade informe o Processo Penal brasileiro, na fase do inquérito policial poderá ser decretado o sigilo externo e interno, estando pacificado na jurisprudência pátria, inclusive na do Supremo Tribunal Federal, que este último alcança de modo cabal o indiciado e o seu advogado constituído.

## Direito Administrativo

46. Qual destas hipóteses NÃO é caso de dispensa de licitação?

- (A) Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
- (B) contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
- (C) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;
- (D) contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;
- (E) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

47. O artigo 3º da Lei 8.666/93 elenca alguns princípios básicos afetos a todo e qualquer procedimento licitatório. São eles:

- (A) princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo;
- (B) princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e segurança jurídica;
- (C) princípio da impessoalidade, economicidade, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade e finalidade;
- (D) princípio da moralidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e publicidade;
- (E) princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da celeridade, da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

48. Sobre a Lei 7.366/80, assinale qual destas alternativas NÃO é correta.

- (A) Os Delegados de Polícia somente poderão ser removidos de um para outro município com observância da correspondente classificação legal e regulamentar.
- (B) O servidor da Polícia Civil morto em objeto de serviço, reconhecida essa circunstância pelo Conselho Superior de Polícia, será promovido "post mortem", nos termos do Regulamento de Promoções.
- (C) O policial civil, ativo ou inativo, só poderá ser preso em flagrante delito ou nos demais casos previstos em lei, com comunicação incontinenti ao Superintendente dos Serviços Policiais.
- (D) O Servidor da Polícia Civil tem direito a porte de arma, independente de autorização, salvo na inatividade.
- (E) As citações e louvores serão computados para efeito de promoção, quando reconhecidos pelo Conselho Superior de Polícia, exceto os emitidos pelo Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública e Superintendente dos Serviços Policiais, que serão obrigatoriamente considerados.

49. A Lei Estadual 10.994/97 traz a organização básica da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. A Polícia Civil tem a sua organização básica institucionalizada em vários órgãos. Dentre estes órgãos elencamos os órgãos de execução especializada, vinculados ao Chefe de Polícia. Qual dos departamentos abaixo NÃO é considerado de execução especializada?

- (A) Departamento Estadual de Polícia Judiciária de Trânsito – DPTRAN.
- (B) Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico – DENARC.
- (C) Departamento Estadual de Investigações Criminais – DEIC.
- (D) Departamento Estadual da Criança e do Adolescente – DECA.
- (E) Departamento de Polícia Metropolitana – DPM.

50. Sobre o processo administrativo disciplinar, previsto na Lei Estadual 7.366/80, é INCORRETO afirmar que

- (A) durante o período de suspensão preventiva, o funcionário perderá um terço da remuneração;
- (B) o processo administrativo-disciplinar será iniciado dentro do prazo improrrogável de dez (10) dias, a contar do recebimento da portaria pela autoridade processante, e concluído no prazo de sessenta (60) dias, após seu início, podendo este ser prorrogado por sessenta (60) dias a juízo do Conselho, sempre que circunstâncias ou motivos ponderáveis justificarem a medida;
- (C) logo após o interrogatório, a autoridade processante concederá ao acusado o prazo de 5 (cinco) dias para, em defesa prévia, requerer diligências, produzir provas e arrolar testemunhas;
- (D) o Conselheiro Relator apreciará, com referência a cada acusado, separadamente, os fatos que lhe foram imputados, as provas colhidas no processo, os elementos e alegações de defesa, e os incidentes relevantes, elaborando parecer fundamentado que conclua pela absolvição ou punição, com a indicação, neste caso, da pena que couber, devolvendo os autos, na sessão seguinte, à Presidência;
- (E) a autoridade processante, que será Delegado de Polícia, não poderá ter hierarquia inferior à do acusado, nem a este estar ligada por qualquer vínculo de subordinação, e incumbir-se-á do processo desde a citação até o relatório final.

51. À Academia de Polícia Civil - ACADEPOL, órgão responsável pela formação e desenvolvimento dos recursos humanos, compete

- I. promover concursos públicos e cursos de formação técnico-profissional, para provimento de cargos de carreiras da Polícia Civil;
- II. realizar cursos de treinamento, de aperfeiçoamento e de especialização, objetivando a capacitação técnico-profissional dos servidores da Polícia Civil;
- III. realizar estudos e pesquisas sobre a violência, objetivando subsidiar a formulação de políticas de defesa social e de tratamento adequado à criminalidade;
- IV. manter intercâmbio com a Academia Nacional de Polícia, congêneres estaduais e outras instituições de ensino e pesquisa, nacionais e estrangeiras, visando ao aprimoramento das atividades e dos métodos pedagógicos utilizados;
- V. produzir e difundir conhecimento de interesse policial; e
- VI. informar à Secretaria de Segurança Pública Estadual das novas diretrizes educacionais para a formação de agentes da polícia civil.

Considerando as afirmações acima são corretos os itens

- (A) I, III, IV, V e VI;
- (B) II, III, IV, V e VI;
- (C) V e VI;
- (D) I, II, III, IV e V;
- (E) todas estão corretas.

52. A Lei Estadual 7.366/80 traz considerações sobre remoções e substituições. Considere as assertivas abaixo.

- I. A remoção "ex-officio", salvo imperiosa necessidade do serviço, só poderá efetivar-se após um (1) ano de exercício em cada localidade.
- II. O período de trânsito será computado como de efetivo serviço e terá duração de até quinze (15) dias, contados a partir da percepção da ajuda de custo, quando esta for devida, ou da publicação do ato, nos demais casos.
- III. O servidor policial que curse estabelecimento regular de ensino, de primeiro, segundo ou terceiro grau, somente poderá ser removido para localidade onde exista educandário do mesmo nível, salvo por absoluta necessidade do serviço ou por imperativo disciplinar.
- IV. É vedada a remoção "ex-officio" de servidor policial cursando a Escola de Polícia, se sua movimentação o impossibilitar de frequentar o curso em que estiver matriculado.
- V. A substituição do titular de Delegacia de Polícia dar-se-á por Delegado de Polícia.

Sobre as afirmativas, é exato afirmar que estão corretas

- (A) somente a II.
- (B) I, III, IV e V.
- (C) I, II, III e V.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

53. Considere as seguintes assertivas da Lei 8.987/95.

- I. É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse do serviço a ser concedido, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.
- II. A tarifa será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei ou decreto, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.
- III. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- IV. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- V. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, IV e V.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) Todas estão incorretas.

54. A Lei de Licitações (Lei 8.666/93) traz em seu corpo uma seção destinada aos crimes licitatórios e suas penas. No caso do crime capitulado no artigo 89 da referida lei - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação - qual a pena cominada?

- (A) Detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa;
- (B) detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa;
- (C) detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa;
- (D) detenção, de 1(um) a 2 (dois) anos;
- (E) detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

55. Qual das afirmações abaixo NÃO está entre as competências da Polícia Civil?

- (A) Zelar e manter a segurança dos presídios estaduais bem como seu funcionamento, organização e manutenção;
- (B) zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção à sociedade e ao indivíduo;
- (C) colaborar para a convivência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais;
- (D) adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos ou particulares;
- (E) organizar, executar e manter serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas, munições e explosivos, e expedir licença para as respectivas aquisições e portes, na forma da legislação pertinente.

*Direito Constitucional*

<p>56. Projeto de Lei, de iniciativa do STF, tendo por Casa Iniciadora o Senado Federal, foi aprovado, sem emendas, por 2/3 dos votos totais, resultando na lei ordinária nº XXX. Ao fim do processo.</p> <p>(A) será constitucional;          (B) detém inconstitucionalidade formal objetiva;          (C) detém inconstitucionalidade formal subjetiva;          (D) detém inconstitucionalidade material subjetiva;          (E) NRA.</p>	<p>59. É competente</p> <p>(A) o Senado Federal autorizar o Presidente da República e o Vice-Presidente, a se ausentarem do País;          (B) o Senado Federal autorizar o Presidente da República e o Vice-Presidente, a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;          (C) o Congresso Nacional autorizar o Presidente da República e o Vice-Presidente, a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;          (D) o Congresso Nacional autorizar o Presidente da República e o Vice-Presidente, a se ausentarem do País, quando a ausência não exceder 15 dias;          (E) NRA.</p>
<p>57. Servidor Público Federal, pertencente à Administração direta, ao ser eleito vencedor</p> <p>(A) passará para a inatividade;          (B) investido no cargo, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;          (C) investido no cargo, havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado, entretanto, optar pela sua remuneração;          (D) acumulará as funções, independente de compatibilidade de horários;          (E) NRA.</p>	<p>60. A Competência para o Senado Federal Suspender a norma considerada inconstitucional, pelo STF, teve início com a Constituição de</p> <p>(A) 1891;          (B) 1934;          (C) 1967;          (D) 1988;          (E) 2009.</p>
<p>58. Para a elaboração de Lei Orgânica de cada município, tendo por base a Constituição de 1988, e após a promulgação desta, restou disposto que</p> <p>(A) deveria ter sido elaborada, em dois turnos de discussão e votação, após a Promulgação da Constituição Federal;          (B) deveria ter sido elaborada, em dois turnos de discussão e votação, após a Promulgação da Constituição Estadual;          (C) deveria ter sido elaborada, em dois turnos de discussão e votação, conjuntamente com a elaboração da Constituição Estadual;          (D) deveria ter sido elaborada, por quorum qualificado, em única votação, após a Promulgação da Constituição Estadual;          (E) NRA.</p>	<p>61. O Supremo Tribunal Federal exerce o controle difuso, na hipótese de</p> <p>(A) concessão de medida cautelar em ADIN;          (B) reclamação, quando aprecia o mérito da causa;          (C) Recurso Extraordinário e Recurso Especial;          (D) Recurso Extraordinário e Recurso Ordinário;          (E) Recurso Especial e Ordinário.</p>
	<p>62. Se em decisão monocrática (primeiro grau), for declarada inconstitucionalidade de lei municipal, em face da Constituição Estadual, a última instância será</p> <p>(A) STF, via Recurso Extraordinário;          (B) STJ, via Recurso Especial;          (C) Tribunal de Justiça, via Recurso de Apelação;          (D) Tribunal de Justiça, via controle concentrado;          (E) TRF, via Agravo Regimental.</p>

<p>63. Uma proposta de lei complementar contrária à Constituição Federal, sujeita-se</p> <p>(A) ao controle concentrado;</p> <p>(B) a Mandado de Segurança, impetrado por qualquer cidadão;</p> <p>(C) ao controle concentrado e difuso;</p> <p>(D) a Mandado de Segurança, impetrado por congressista;</p> <p>(E) à Ação Popular.</p>	
<p>64. A ação direta de inconstitucionalidade interventiva, para a defesa de princípios sensíveis, pode ser proposta</p> <p>(A) pelo Procurador Geral da República;</p> <p>(B) pelo Advogado Geral da União;</p> <p>(C) pelos legitimados para a Ação direta de inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade;</p> <p>(D) pelos legitimados para a Ação direta de inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade, desde que demonstrada a <i>pertinência temática</i>;</p> <p>(E) NRA.</p>	<p>65. A competência para autorizar referendo e convocar plebiscitos pertence</p> <p>(A) privativamente ao Congresso Nacional;</p> <p>(B) privativamente ao Presidente da República;</p> <p>(C) ao Presidente da República, a Câmara dos Deputados Federais, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal ou ao conjunto dos Tribunais de Justiça dos Estados;</p> <p>(D) à participação popular, conquanto que assinado por no mínimo 1% da população brasileira, em no mínimo 5 Estados, por no mínimo 0,3% da população de cada um destes Estados;</p> <p>(E) a qualquer popular.</p>

66. A Lei de Introdução ao Código Civil é legislação anexa ao Código Civil, autônoma e de caráter universal, que disciplina acerca do início, da vigência e da revogação da lei. Analise as assertivas abaixo e marque a resposta correta.

- I. De acordo com o disposto na LIC, a lei começa a vigorar no País, 45 (quarenta e cinco) dias depois de publicada oficialmente, salvo se a lei dispuser, expressamente, que a sua vigência se dará a partir da sua publicação.
- II. A revogação da lei só se dá por outra lei, da mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.
- III. A norma especial revoga a norma geral, quando aquela disciplinar de forma diversa a mesma matéria, todavia, se a norma geral é compatível com a norma especial, há a coexistência de ambas.
- IV. A LIC não permite que a lei revogada seja restaurada pela perda da vigência da lei revogadora.

Quais assertivas são corretas?

- (A) I, II, III, e IV;
- (B) I, II e III;
- (C) I, III e IV;
- (D) I, II e IV;
- (E) I e IV.

67. No que pertine à analogia, ao costume e aos princípios gerais do direito, marque a resposta correta.

- (A) A LIC prevê no artigo 4º, que o juiz decidirá de acordo com a analogia, quando a lei for omissa e, sendo a LIC aplicável a todos os ramos do direito, também no Direito Penal, poderá o juiz aplicar a analogia na omissão da lei.
- (B) Analogia legal significa aplicar-se uma norma existente a um caso idêntico, e analogia jurídica significa solucionar o caso aplicando-se vários diplomas legais ou uma pluralidade de normas.
- (C) O costume pode ser aplicado pelo juiz, quando da omissão da norma legal, antes mesmo da aplicação da analogia.
- (D) O juiz, diante da omissão da lei, aplica o costume, ainda que seja aquele que se opõe à lei.
- (E) Os princípios gerais de direito, para serem aplicados pelo juiz, diante da omissão da lei, devem estar explícitos no sistema jurídico civil.

68. Quanto à classificação dos bens apresentada pelo Código Civil, marque a resposta correta.

- (A) São considerados como bens imóveis o solo, as edificações, ainda que separadas do solo por sua remoção, para outro local, e os materiais decorrentes da demolição, desde que reempregados em algum prédio.
- (B) Os acréscimos sofridos pelo bem, sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, são considerados benfeitorias.
- (C) Bens naturalmente divisíveis só se tornam indivisíveis por vontade das partes, pois a lei não pode determinar a sua indivisibilidade.
- (D) Acessório é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; principal, aquele cuja existência pressupõe o acessório.
- (E) As pertenças encontram-se no rol dos bens acessórios e sempre seguem o bem principal, sendo inválida qualquer estipulação de vontade em contrário.

69. Acerca do domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica, marque a resposta correta.

- (A) A pessoa natural tem como seu domicílio civil aquele local em que habita esporadicamente.
- (B) A pessoa natural pode ter mais de um domicílio civil, desde que tenha mais de uma residência onde alternadamente viva.
- (C) A pessoa natural que exerce atividade profissional em local diverso da sua residência com ânimo definitivo, não tem lá domicílio profissional.
- (D) A pessoa jurídica de direito privado que tem filiais em lugares diferentes tem seu domicílio considerado apenas no local escolhido pelo seu estatuto ou atos constitutivos.
- (E) A pessoa jurídica de direito público tem seu domicílio no lugar da residência da pessoa natural que a representa.

<p>70. Considere as assertivas abaixo, acerca do negócio jurídico e marque a resposta correta.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.</li> <li>II. Forma especial para a declaração de vontade no negócio jurídico só será exigível se a lei assim dispuser.</li> <li>III. A boa-fé e os usos do lugar da celebração do negócio jurídico serão usados para a sua interpretação.</li> <li>IV. Por negócio jurídico entende-se a manifestação de vontade humana, destinada a produzir efeitos desejados pelo manifestante e que o ordenamento jurídico reconhece.</li> </ol> <p>Quais assertivas são corretas?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) I e II;</li> <li>(B) II e III;</li> <li>(C) I e III;</li> <li>(D) I e IV;</li> <li>(E) I, II, III e IV.</li> </ol>	<p>72. Analise as assertivas abaixo acerca do ato ilícito e marque a resposta correta.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Ato ilícito é a conduta humana voluntária, contrária ao direito, por ação ou omissão, culposa ou dolosa;</li> <li>II. O titular de um direito, que, ao exercê-lo, excede manifestamente o limite imposto pela boa-fé, comete ato ilícito.</li> <li>III. O ato praticado em legítima defesa não constitui ato ilícito, salvo se tratar-se da legítima defesa putativa, em que o agente age com negligência na apreciação equivocada dos fatos.</li> <li>IV. Ao agir em estado de necessidade o agente não comete ato ilícito, salvo se exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo.</li> </ol> <p>Quais são corretas?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) I e II;</li> <li>(B) I e III;</li> <li>(C) I e IV;</li> <li>(D) I e III;</li> <li>(E) I, II, III e IV.</li> </ol>
<p>71. Analise as assertivas abaixo quanto aos defeitos do negócio jurídico, e marque a resposta correta.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. O estado de perigo e o estado de necessidade possuem o mesmo fundamento jurídico; a situação de necessidade, razão pela qual se igualam como vício do consentimento, anulando o negócio jurídico realizado sob seu amparo.</li> <li>II. O erro e a lesão, como defeitos do negócio jurídico, não se confundem, pois no erro o agente declara a sua vontade ignorando a realidade, que, se conhecesse, o levaria a não realizar o negócio; na lesão, o agente tem a ideia da realidade, mas há a manifesta desproporção entre a sua prestação e a da outra parte no contrato, não sendo resguardado o princípio da igualdade.</li> <li>III. Se ambas as partes agiram com dolo ao realizar o negócio jurídico, nenhuma delas poderá alegar o dolo em seu favor ou reclamar indenização.</li> <li>IV. O negócio praticado com erro é anulado ainda que aquele a quem aproveita a manifestação da vontade viciada, oferecer-se para executar o negócio conforme a vontade real do manifestante.</li> </ol> <p>Quais são as assertivas corretas?</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) I e IV;</li> <li>(B) I e II;</li> <li>(C) I e III;</li> <li>(D) II e III;</li> <li>(E) I, II, III e IV.</li> </ol>	<p>73. Marque a resposta correta acerca da prescrição civil.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(A) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos demais, e a interrupção operada contra o co-devedor prejudica aos demais coobrigados.</li> <li>(B) A interrupção por um dos credores solidário não aproveita aos demais, assim como a interrupção contra um dos credores solidários também não envolve os demais.</li> <li>(C) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.</li> <li>(D) A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica aos outros herdeiros, tanto nas obrigações divisíveis quanto nas obrigações indivisíveis.</li> <li>(E) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.</li> </ol>

74. Marque a resposta correta acerca dos prazos da prescrição civil.

- (A) Prescreve em um ano a pretensão para haver prestações alimentares.
- (B) Prescreve em um ano a pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele.
- (C) Prescreve em três anos a pretensão relativa à tutela.
- (D) Prescreve em cinco anos a pretensão da reparação civil.
- (E) Prescreve em um ano a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

75. Marque a resposta correta acerca dos bens públicos.

- (A) Os bens dominicais são considerados públicos, desde que constituam o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- (B) As praças, bens públicos de uso comum do povo, jamais perdem esta característica.
- (C) Os bens públicos podem ser usucapidos.
- (D) Os bens públicos podem ser usados por particulares, mas sempre de forma gratuita.
- (E) Na categoria de bens públicos de uso especial encontram-se os mares e os rios.

## Direitos Humanos

<p>76. A casa é asilo inviolável, segundo norma constitucional. Isso importa que</p> <p>(A) existe um limite absoluto, ninguém podendo adentrar sem consentimento;</p> <p>(B) existe exceção, para o caso de flagrante, se realizado no período das 6 horas até as 18 horas;</p> <p>(C) ordem judicial abriga exceção à norma, mesmo se cumprida à noite;</p> <p>(D) o apartamento não é asilo inviolável;</p> <p>(E) NRA.</p>	<p>79. A expulsão</p> <p>(A) pode recair sobre brasileiro naturalizado;</p> <p>(B) resulta de decisão do Supremo Tribunal Federal;</p> <p>(C) tem por fundamento a entrada irregular no País;</p> <p>(D) admite recurso administrativo, com pedido de reconsideração;</p> <p>(E) NRA.</p>
<p>77. Ordem de busca e apreensão, realizada por Comissão Parlamentar de Inquérito</p> <p>(A) é exceção à inviolabilidade do lar;</p> <p>(B) será inconstitucional, se realizada após as 18 horas;</p> <p>(C) fere o <i>princípio da reserva de jurisdição</i>;</p> <p>(D) deve ser cumprida por parlamentares, representantes tanto da Câmara de Deputados quanto do Senado Federal, em igual número;</p> <p>(E) NRA.</p>	<p>80. Podem propor Ação Popular</p> <p>(A) qualquer indivíduo, desde que residente no país;</p> <p>(B) pessoa jurídica, constituída a mais de 1 ano;</p> <p>(C) portugueses equiparados, no pleno exercício de seus direitos políticos;</p> <p>(D) somente os habitantes dos bairros populares;</p> <p>(E) NRA.</p>
<p>78. Quanto à <i>extradição</i>, segundo a Constituição Federal.</p> <p>(A) brasileiro não pode ser extraditado;</p> <p>(B) brasileiro naturalizado pode ser extraditado somente se condenado por tráfico ilícito de drogas, praticado anteriormente à aquisição da nacionalidade (naturalização);</p> <p>(C) é aplicável somente a estrangeiros;</p> <p>(D) é aplicável somente aos naturalizados;</p> <p>(E) NRA.</p>	